



REVISTA DO IBRAC

São Paulo

Volume 30 n. 1 2025

ISSN 1517-1957

Editores Responsáveis

Josie de Menezes Barros

Stephanie Penereiro

Revisora

Yhasmin Monteiro

Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio
Internacional

Rua Cardoso de Almeida 788 cj 121

05013-001 - São Paulo - SP Brasil

Tel: 55 11 3872 2609

www.ibrac.org.br

ibrac@ibrac.org.br

DIRETORIA E CONSELHO DO IBRAC 2024 - 2025

DIRETORIA

Diretor-Presidente: **Renê Guilherme da Silva Medrado**

Diretora Vice-Presidente: **Silvia Fagá de Almeida**

Diretor Vice-Presidente: **Guilherme Ribas**

Fabiana Ferreira de Mello Tito

Fabíola Meira de Almeida Breseghello

Fernando Benjamin Bueno

Flávia Chiquito dos Santos

Giuliana M. F. Gonçalves e Requena

Josie de Menezes Barros

Maria Cecília Andrade

Mateus Piva Adami

Raphael Rodrigues Soré

Ricardo Casanova Motta

Ricardo Botelho

CONSELHO

Leonor Cordovil – Presidente

Pedro Zanotta – Vice-Presidente

Ademir Antônio Pereira Junior

Adriana L Cardinali Straube

Ana Carolina L. de Carvalho

Ana Paula Paschoalini

Aurélio Marchini

Barbara Rosenberg

Bernardo Gouthier Macedo

Bernardo Macedo

Bruno de Luca Drago

Bruno Droghetti M. Santos

Caio Mario Pereira

Carlos Francisco de Magalhães

Cristianne Zarzur

Daniel Andreoli

Daniel Costa Rebello

Denis Alves Guimaraes

Eduardo Caminati Anders

Enrico Spini Romanielo

Eric Jasper

Fabício A. Cardim de Almeida

Gabriel Cohen

Guilherme Misale

Gustavo Gonçalves Gomes

Lauro Celidonio

Lorena Nisiyama

Lucia Ancona L. Magalhães Dias

Luis Nagalli

Marcelo Procopio Calliari

Marcio de Carvalho S.Bueno

Marcos Drummond Malvar

Maria Eugenia Novis

Mariana Villela

Mario Girasole

Mauro Grinberg

Patrícia Agra

Paula Müller Ribeiro Bernini

Pedro Paulo Salles Cristofaro

Ricardo Inglez de Souza

Sandra Terepins

Sérgio Varela Bruna

Tatiana Lins Cruz

Ticiano Lima

Tito Amaral de Andrade

Ubiratan Mattos

PREFÁCIO

O número 1 do volume 30 da Revista do IBRAC, que temos a honra de prefaciá-lo, apresenta cinco artigos com relevantes contribuições ao direito da concorrência, submetidos espontaneamente por seus autores e avaliados positivamente pelos pareceristas, a quem agradecemos imensamente.

O primeiro artigo, de Juliano Maranhão, João Navas e Beatriz de Sousa, trata da responsabilidade civil das controladoras por infrações antitruste cometidas por suas controladas, analisando as influências e conexões entre os regimes administrativo e civil. Em seguida, Vinícius Goulart e Sandra Terepins analisam as restrições territoriais impostas a distribuidores, explorando seus potenciais efeitos anticompetitivos e pró-competitivos. A comparação entre os sistemas brasileiro, europeu e norte-americano revela oportunidades de amadurecimento da análise realizada pelo CADE, destacando a importância de um exame mais refinado sob a ótica da regra da razão.

O terceiro artigo, assinado por José Matheus Gomes Pessoa Andrade, adota uma abordagem econométrica para investigar possíveis vieses nas decisões do Tribunal do CADE, relacionados ao perfil dos conselheiros relatores. A pesquisa oferece uma perspectiva original sobre o processo decisório, revelando que variáveis como formação acadêmica e gênero podem influenciar os desfechos de julgamentos de atos de concentração. Já o texto de Daniela Nadia Wasilewski Rodrigues e Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues aborda alternativas aos tradicionais programas de leniência, propondo mecanismos de solução consensual para fortalecer a atuação do CADE na repressão a cartéis. A articulação entre o contexto nacional e o debate internacional evidencia caminhos para maior agilidade e efetividade na política sancionadora.

Por fim, esta edição reafirma o compromisso da revista com a produção de conhecimento crítico e plural, e com o estímulo à pesquisa aplicada em defesa da concorrência. Convidamos nossos leitores a explorar os artigos que se seguem com a atenção que a qualidade dos trabalhos exige e a participar ativamente da construção de um ambiente regulatório mais justo, eficiente e transparente.

Boa leitura!

Josie de Menezes Barros

Diretora de Publicações do IBRAC

SUMÁRIO

PREFÁCIO4

LIABILITY OF PARENT COMPANIES FOR DAMAGES RESULTING OF ANTITRUST VIOLATIONS: DRAWING THE LINE BETWEEN CIVIL AND ADMINISTRATIVE PROCEEDINGS UNDER BRAZILIAN COMPETITION LAW

Juliano Maranhão | João Navas | Beatriz de Sousa

1. Introduction	10
2. The scope of Article 33 LDC	12
3. Civil compensation for antitrust damages	18
4. Legal test for civil liability	20
5. Joint stock companies' shareholder's liability under Brazilian law.....	23
6. Limits to the rights of action in litigations for antitrust damages	26
7. Concluding remarks	28
References	30

RESTRICÇÕES TERRITORIAIS DE DISTRIBUIDORES: QUAL O LIMITE DE SUA LEGALIDADE? UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA, EUROPEIA E ESTADUNIDENSE

Vinícius Goulart | Sandra Terepins

1. Introdução	35
2. Alocação de território de distribuidores: dos efeitos anticompetitivos às eficiências.....	37
3. A experiência incipiente do Cade.....	40
4. A perspectiva da União Europeia.....	44
5. A perspectiva dos Estados Unidos: o caso Continental T.V., Inc., v. Gte Sylvania, Inc. (“Continental V. Sylvania”) e declarações do governo norte-americano.....	55

6. Conclusão: como a experiência internacional pode servir de referência para a prática Brasileira?	57
Referências	59

QUAL É A INFLUÊNCIA DOS RELATORES NAS DECISÕES DO TRIBUNAL DO CADE? UMA ABORDAGEM ECONOMETRICA PARA ATOS DE CONCENTRAÇÃO ENTRE 2014-2023

José Matheus Gomes Pessôa Andrade | Gesner Oliveira | Rafael Pereira Oliveira | Eduardo Dornelas Munhoz | Gabriel Barreto Poveda
Jéssica Portal Maia | Maria Paula Heck de Jesus

1. Introdução	66
2. Breve revisão da literatura de vieses em decisões judiciais	70
3. Base de dados de ACS ordinários julgados pelo Tribunal do Cade (2014-2023)	72
4. Aleatoriedade da designação de relator(a) e estratégia empírica 77	
5. Vieses de Relator(a), sexo e formação acadêmica nas decisões do Tribunal	82
6. Conclusões	84
Bibliografia	86

ALTERNATIVAS AOS PROGRAMAS DE LENIÊNCIA: TORNANDO A DETECÇÃO, PREVENÇÃO E PUNIÇÃO DE CARTÉIS MAIS RÁPIDA E EFETIVA

Daniela Nadia Wasilewski Rodrigues | Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues

1. Introdução	90
2. Alternativa aos Programas de Leniência: uma visão global	93
3. Pensando além: aprendendo com a experiência do TCU	101
4. Conclusão	106
Referências	107

SUSTENTABILIDADE E CONCORRÊNCIA: A NECESSIDADE DE DIRETRIZES CLARAS PARA ACORDOS AMBIENTAIS NO BRASIL

Karina Salort Larruscaim

1. Introdução	111
2. Conceito, fundamentos e estrutura regulatória do direito concorrencial	112
3. Interfaces entre o direito concorrencial e o direito ambiental	120
4. Considerações finais	126
5. Referências	127